



**GT – “01”: “Agronegócio globalizado, urbanização e reestruturação urbano-regional e das cidades”**

## **AGRONEGÓCIO GLOBALIZADO E (RE)ESTRUTURAÇÃO DA ECONOMIA URBANA**

### **Cidades do agronegócio e cidades centrais ao agronegócio<sup>1</sup>**

Autor: Me. Matheus Dezidério Busca

Filiação institucional: Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas

E-mail: m184242@dac.unicamp.br

Autora: Ana Beatriz de Lima da Silva

Filiação institucional: Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas

E-mail: a265860@dac.unicamp.br

**RESUMO:** A forte dependência do agronegócio globalizado em tecnologia, ciência, informação e capital torna necessário que ele se apoie nas cidades, sobretudo as pequenas e médias não metropolitanas (ELIAS, 2006; 2011). As relações campo-cidade que emergem desse processo ganham novos significados (CASTILLO *et al.*, 2016), que geograficamente são resultado da articulação entre as economias urbana e agrária. As cidades do agronegócio são aquelas cuja articulação se baseia na economia urbana voltada exclusivamente às demandas produtivas do campo, mas há aquelas que, mesmo sendo centralidades regionais, não possuem uma economia urbana majoritariamente dependente do agronegócio globalizado. O objetivo deste trabalho é, portanto, propor um conceito-acessório àquele de *cidade do agronegócio*, buscando contribuir para o debate sobre as novas relações entre as economias urbana e agrária.

**Palavras-chave:** Agronegócio globalizado, cidade do agronegócio, economia urbana e agrária.

---

<sup>1</sup> Este trabalho contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), na forma de bolsa de Iniciação Científica (processo nº 2023/11492-3 FAPESP) e com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na forma de bolsa de pesquisa de Doutorado (processo nº 88887.966749/2024-00), ambas as pesquisas estão sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Castillo.



## 1. INTRODUÇÃO

---

As atividades produtivas relacionadas ao agronegócio globalizado, a partir do atual paradigma da agricultura científica globalizada (SANTOS, 2010 [2000]), podem se caracterizar, de maneira geral, como atividades inerentemente urbanas. A princípio, podemos encarar tal afirmação com certo estranhamento já que as atividades ligadas à agropecuária estão concentradas no campo, mas um fato não anula o outro. A própria proposição de M. Santos (2010 [2000]) acerca da agricultura *científica globalizada* demonstra que, diferentemente dos modelos de produção agrícola anteriores, o chamado agronegócio globalizado organiza sua produção sobre relações sociais de produção capitalistas e urbanas.

O agronegócio globalizado pode ser entendido como uma das formas de produção capitalista no campo, mesmo que a lógica dessa produção tenha surgido nas cidades. Como aponta A. Endlich (2006, p. 19), “o espaço urbano (...) embora não tenha sido criado pelo capitalismo, consiste no espaço que historicamente proporcionou o desenvolvimento desse modo de produção”.

O foco deste trabalho não está em discutir as relações urbanas em si, mas é importante indicar que partimos do pressuposto de que urbano (e rural) são relações sociais, e não adjetivos territoriais (ENDLICH, 2006). Portanto, é correto afirmar que, embora parte central dos circuitos espaciais produtivos (MORAES, 1984; SANTOS, 1988) das *commodities* ocorram no campo, importantes etapas da produção também ocorrem nas cidades (COY; TÖPFER; ZIRKL, 2020; COY, 2020).

Como demonstram alguns autores (SANTOS, 2010 [2000]; ELIAS, 2006; 2011; ELIAS; PEQUENO, 2007; CASTILLO *et al.*, 2016), as cidades, como expressão geográfica do urbano, se tornam essenciais para a produção, aumentando tanto a importância quanto a intensidade das relações campo-cidade. O ponto alto deste processo é a emergência de novas cidades, cujas economias urbanas são estruturadas para responder produtivamente ao campo. São as cidades do agronegócio (ELIAS, 2006; 2011), que passam a controlar de maneira central toda uma economia regional pautada no agronegócio globalizado. Mas, em outros

casos, há aquelas cidades que já possuem uma economia urbana estruturada anteriormente à chegada das atividades do agronegócio globalizado. Essas cidades podem se tornar importantes centralidades regionais, mas suas economias urbanas não respondem exclusivamente às demandas produtivas do campo.

A partir do exposto, o objetivo central deste trabalho é contribuir para o debate sobre a relação entre agronegócio globalizado e economia urbana, sobretudo das cidades pequenas e médias. Nesse sentido, propomos um conceito-acessório ao conceito de *cidade do agronegócio* (ELIAS, 2006; 2011), a fim de que, mantendo a sua especificidade conceitual e potência analítica, possamos expandir a compreensão do processo de *reestruturação* da economia urbana a outras cidades que não aquelas cujas economias foram *estruturadas* para responder majoritariamente às demandas do agronegócio globalizado.

Além desta Introdução e das Considerações Finais, este trabalho está organizado em três partes. Na primeira, apresentamos os pressupostos teórico-metodológicos do conceito de cidade do agronegócio, baseados em Elias (2006; 2011) e Elias e Pequeno (2007). Na segunda, discutimos a proposta do conceito-acessório de *cidades centrais ao agronegócio*, cuja intenção é contribuir para as análises das cidades pequenas e médias não metropolitanas que, embora sejam centrais ao agronegócio globalizado, não podem ser consideradas como “cidades do agronegócio”. Finalmente, na última parte, trazemos algumas características da cidade de Sorriso/MT, a fim de demonstrar como são singulares as cidades do agronegócio, reforçando a ideia de que este conceito deve manter sua especificidade.

## 2. APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

---

Dentre os eixos apontados por D. Elias (2022) para a operacionalização do conceito de cidade do agronegócio, nos debruçamos neste trabalho sobre a *(re)estruturação da cidade*, cuja abordagem será pela análise da economia urbana, já que uma das expressões geográficas da economia urbana é a materialização de novos sistemas de objetos técnicos na cidade (SANTOS, 2006 [1996]).

Foi a partir deste ponto que levantamos a hipótese de que poderia existir um segundo tipo de cidade funcional ao agronegócio globalizado, além das “cidades do agronegócio”. Para tanto, iniciamos a discussão apresentando a definição de *cidade do agronegócio*. Como propõe D. Elias e R. Pequeno (2007, p. 30), devemos considerar que

Se a cidade é a materialização das condições gerais de reprodução do capital (CARLOS, 2004)<sup>2</sup>, a cidade do agronegócio é aquela cujas funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções.

Isto é, esse novo tipo de cidade surge para responder majoritariamente às demandas produtivas do agronegócio globalizado<sup>3</sup>. Para tanto, devemos considerar que o agronegócio globalizado apenas deixa de ser um termo abstrato quando olhamos para suas produções, ou seja, seus circuitos econômicos.

De acordo com R. Castillo e S. Frederico (2010), cada produto - ou ramo produtivo - apresenta um circuito espacial produtivo em particular e específico. A sojicultura - ou complexo soja -, o setor sucroenergético e o setor petrolífero, são exemplos de circuitos espaciais produtivos de *commodities* (agrícolas e minerais).

Ainda de acordo com Castillo e Frederico (2010), podemos subdividir os circuitos em três grandes partes. A primeira e mais central é a *produção agrícola*, localizada no campo, área *core* da região produtiva; a segunda e a terceira são as etapas *à montante* e *à jusante* da produção agrícola, que, respectivamente, se referem à produção, circulação e comercialização de insumos (de maquinários, biotecnológicos, químicos e mercado de terras) para a produção agrícola; e à comercialização, distribuição, processamento/beneficiamento (transformação) das *commodities* e comercialização dos produtos derivados (CASTILLO; FREDERICO, 2010).

Tomando como exemplo o circuito espacial produtivo do complexo soja<sup>4</sup> - principal cultura agrícola produzida no Brasil em termos de área plantada e segunda em quantidade produzida<sup>5</sup> -, para que ele se estruture no espaço são necessários círculos de cooperação, isto é, fluxos imateriais que dão suporte ao circuito e organizam a produção no território (CASTILLO, FREDERICO, 2010). Como exemplos, podem ser citados a aquisição de assistência técnica especializada, as linhas de crédito e financiamento, as novas tecnologias de

---

<sup>2</sup> CARLOS, Ana F. C. **O espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2004.

<sup>3</sup> Em primeiro lugar, ressaltamos que o adjetivo “novo” é utilizado em relação aos mais de 50 anos de modernização da agricultura no Brasil, e que Milton Santos (1993; 1994) já fazia inferências sobre uma nova tipologia de cidade, à época, as *idades do campo*. Já em relação ao surgimento dessas cidades, nossa intenção é dizer que, embora essas cidades, ou distritos, já existissem previamente à chegada das lógicas de produção do agronegócio globalizado, elas não possuíam uma economia urbana robusta o bastante para precisar se reestruturar a fim de responder ao consumo produtivo desse novo setor da economia.

<sup>4</sup> O complexo soja tem como principais produtos o grão, o farelo e o óleo de soja.

<sup>5</sup> Segundo a pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE), em 2022, a área plantada de soja chegou a mais de 40 milhões de hectares no Brasil (48% do total de área plantada de culturas temporárias), com uma produção de mais de 120 milhões de toneladas.

informação e comunicação, a *Internet of Things*<sup>6</sup> (IoT), as informações sobre comercialização e preço, dentre outras.

É a partir desses círculos de cooperação que podemos começar a pensar numa articulação entre as economias urbana e agrária<sup>7</sup> (ELIAS, 2006; 2011; 2013), exatamente no mesmo sentido que M. Coy, T. Töpfer e F. Zirkl (2020) e Coy (2020), quando afirmam que o agronegócio ocorre essencialmente nas cidades, pois no momento em que os agentes produtivos do campo (agricultores e produtores) passam a demandar produtos e serviços das cidades - que compõem a economia urbana - então há, em maior ou menor grau, uma articulação entre esses circuitos econômicos.

Tal articulação possui uma expressão geográfica, as reestruturações nas redes urbanas regionais contidas nas regiões produtivas. O aprofundamento do consumo produtivo dos agentes do campo nas cidades faz surgir novas relações campo-cidade - baseadas na demanda produtiva do agronegócio globalizado (ELIAS, 2011; CASTILLO *et al.*, 2016). As relações entre cidade-cidade também podem ser ressignificadas, com o estabelecimento de novos fluxos (materiais e imateriais), levando tanto ao surgimento de novas centralidades na rede urbana regional como a intensificação de centralidades já consolidadas.

Temos, portanto, de entender que a questão do agronegócio globalizado estar indissociavelmente ligado às cidades nos obriga a analisar todo o quadro regional - neste caso, as regiões produtivas do agronegócio (RPAs) (ELIAS, 2006; 2011; 2013; 2015) - além, da rede urbana regional. Este ponto nos faz retornar às cidades, mas em específico às que são centrais nessa rede urbana regional, ou seja, as cidades do agronegócio, já que, de acordo com Elias (2011, p.161/2), essas cidades

seriam os espaços urbanos inseridos nas RPAs nos quais se dá a gestão local e regional do agronegócio globalizado, que desempenham muitas novas funções urbanas, diretamente inerentes a esse. Transformando-se, então, em lugares de todas as formas de cooperação erigidas pelo agronegócio e resultam em muitas novas territorialidades.

Três pontos em particular devem ser destacados, e com os quais concordamos. Em primeiro lugar, Elias (2011, p. 161) afirma que esse novo tipo de cidade desempenha “novas funções urbanas”, fazendo referência às atividades econômicas surgidas nas cidades por demanda da produção do agronegócio globalizado. Em segundo lugar, a autora aponta que

<sup>6</sup> Em português, Internet das Coisas.

<sup>7</sup> D. Elias (2011; 2013) menciona que é possível aplicar também ao campo a teoria dos dois circuitos da economia urbana, proposta por M. Santos (1979); enquanto Busca (2024) procura operacionalizar essa proposta.

essas cidades se tornam, portanto, “lugares de todas as formas de cooperação” (ELIAS, 2011. p. 162), ou seja, a cidade se torna um nó de centralidade, tanto no que se refere à concentração de serviços como também de confluência de fluxos (materiais e imateriais), ambos ligados ao agronegócio globalizado.

Por fim, o terceiro ponto é o indicativo de formação de novas territorialidades, isto é, de um lado, são cidades cuja economia urbana não se explica por si própria, apenas no contexto regional, e de outro, são o resultado da “confluência das ações, observadas como ordens, comandos e informações, particularmente das grandes empresas que controlam o circuito espacial produtivo, mas não apenas” (BUSCA, 2024, p. 90/1). Ainda nesse sentido, essas novas territorialidades podem ser vistas como resultado das “verticalidades que as sociedades não podem comandar” (SANTOS, 1994, p. 46).

Se é possível sintetizar o significado do conceito de *cidade do agronegócio*, talvez seja pelo termo *estruturação* da economia urbana, o que nos remete ao próprio título deste trabalho. Nossa intenção é demonstrar que, a partir da própria construção do conceito por Elias (2006), Elias e Pequeno (2007) e Elias (2006; 2011), ele nos remete à ideia de que para uma cidade, média ou pequena, ser considerada *do agronegócio* sua economia urbana precisa ser necessariamente estruturada principalmente para responder às demandas produtivas do agronegócio globalizado.

Essa condição implica em dois processos. O primeiro é o de que quanto mais antiga for a cidade, mais difícil é para ela acomodar essas novas demandas dentro de sua economia urbana. O conceito de rugosidade espacial (SANTOS, 2012 [1982]) permite que compreendamos que quanto mais antiga for uma cidade, maior será a acumulação desigual de tempos sobre seu espaço, e, portanto, maiores serão as suas rugosidades, ou impedâncias, espaciais, como aponta o autor.

Em suma, no caso de uma cidade como essa, novos circuitos econômicos encontram mais dificuldade para se estabelecer. A saída seria a *reestruturação* de sua economia urbana, o que, embora pudesse viabilizar as novas relações campo-cidade e cidade-cidade, ainda manteria boa parte dos antigos circuitos econômicos já estruturados. Logo, essa cidade não teria, em sua economia urbana, as atividades produtivas ligadas ao agronegócio globalizado como “hegemônicas sobre as demais funções” (ELIAS; PEQUENO, 2007, p. 30), mas apenas como mais um dos circuitos econômicos.

A potência analítica do conceito de cidade do agronegócio reside justamente em sua especificidade, ou seja, nossa intenção não é a de propor uma extensão do alcance desse conceito, o que, na realidade, diminuiria sua capacidade explicativa. Porém, por outro lado, esse conceito ofusca o papel de outras cidades - que não as *do agronegócio* - que também são grandes centralidades para o setor e para as RPAs, como no caso de algumas na região de planejamento MATOPIBA, como Barreiras/BA e Balsas/MA, ou no caso de cidades centrais no que se refere à oferta de serviços para o setor agropecuário e que também possuem expressiva produção agropecuária, como Sinop/MT, Ribeirão Preto/SP e Piracicaba/SP.

Não há como compreender a economia do agronegócio globalizado, bem como sua espacialização no território, sem que essas cidades supracitadas e seus fluxos (materiais e imateriais) sejam considerados. Suas novas relações com outras cidades e com o campo modernizado fazem parte da totalidade a ser investigada, por isso argumentamos que, além do conceito de *cidades do agronegócio*, seja necessário um conceito-acessório para um novo tipo de cidades, aquelas que são centrais ao funcionamento do agronegócio globalizado, mas não possuem todas as características de uma cidade do agronegócio *strictu sensu*.

### **3. CIDADES CENTRAIS AO AGRONEGÓCIO: UM CONCEITO-ACESSÓRIO**

---

Como procura demonstrar o título deste trabalho, entendemos que uma das principais diferenças entre os dois tipos de cidade é que enquanto as *do agronegócio* estruturam sua economia urbana, isto é, a elaboram a fim de responder às demandas produtivas do agronegócio globalizado, as *centrais ao agronegócio* buscam reestruturar sua economia urbana tendo em vista acomodar, ajustar, as novas demandas produtivas desse setor.

Inicialmente, devemos considerar que dentre as inúmeras cidades pequenas e médias que atualmente compõem as inúmeras RPAs no Cerrado, apenas algumas desempenham de fato um papel de centralidade regional, seja porque já possuem uma posição mais elevada dentro da hierarquia da rede urbana, ou porque tiveram seu crescimento associado à confluência de fluxos (ARROYO, 2008) relacionados ao agronegócio globalizado.

Apenas a título de exemplo, podemos considerar a RPA da Soja do Extremo Oeste Baiano (BUSCA, 2024), localizada na porção oeste do estado da Bahia, a qual compõe a

porção baiana da região de planejamento MATOPIBA<sup>8</sup>. Composta, à princípio, por oito municípios<sup>9</sup>, essa região possui duas cidades centrais, que atuam como uma díade: Barreiras e Luís Eduardo Magalhães (LEM). É importante salientar que LEM era um distrito (Mimoso do Oeste) de Barreiras até o ano de 2000, quando se emancipou, elevando-se à categoria de município.

Pequeno e Elias (2016) e Elias (2022) apontam que LEM é de fato uma cidade do agronegócio, pois surge já dentro do contexto econômico e territorial do agronegócio globalizado, mas o mesmo não pode ser dito a respeito de Barreiras. Fundada em 1891, é bem mais antiga do que LEM e, portanto, quando a lógica da reprodução econômica do agronegócio globalizado atinge a cidade, entre as décadas de 1980 e 1990 (BERNARDES, 2009), encontra uma economia urbana já estruturada, que passa, então, a acomodar os novos fluxos econômicos ligados à nova dinâmica econômica.

Essencialmente podemos considerar que Barreiras representa esse novo tipo de cidade sobre a qual estamos discutindo. De um lado, uma cidade sem a qual a produção do agronegócio globalizado não consegue se realizar, e de outro, que embora tenha uma importância ímpar para a economia agrária regional, não tem sua economia urbana voltada majoritariamente ao agronegócio globalizado, como LEM.

Nesse sentido, cidades como Barreiras seriam o que denominamos de *cidades centrais ao agronegócio*, e sua definição reside exatamente no fato de que sua economia urbana, embora fortemente articulada com a economia agrária, não existe apenas em resposta às demandas do campo modernizado. Ao mesmo tempo que é quase impraticável se pensar o funcionamento do agronegócio globalizado sem as funções urbanas dessas cidades.

Coy (2020) argumenta que todas as cidades em que suas economias urbana e agrária estão articuladas (em maior ou menor grau) apresentam uma urbanização característica, isto é, marcada pela relação com o agronegócio globalizado, o que Busca (2023) denomina de

---

<sup>8</sup> Delimitado pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e institucionalizada pelo Governo Federal, em 2015, pelo Decreto Nº 8.447, essa região de planejamento abarca as porções sul e leste do Maranhão, sul-sudoeste do Piauí, o oeste da Bahia e todo o estado do Tocantins. Ligada aos interesses do agronegócio globalizado, seu principal objetivo é criar um espaço organizado normativamente a fim de promover, desenvolver e expandir as áreas de produção de *commodities* agrícolas, como soja, milho e algodão.

<sup>9</sup> Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães (LEM), São Desidério, Correntina, Jaborandi e Cocos. Outros três municípios (Baianópolis, Santana e Serra do Ramalho) também podem, eventualmente, ser incluídos nessa RPA, se considerarmos a taxa de crescimento da área plantada de soja no período 2010-2020 (BUSCA, 2024).

urbanização funcional ao agronegócio globalizado. Deste modo, Coy (2020) propõe que essa urbanização característica é resultado da síntese de quatro dimensões: *i*) econômica; *ii*) sociocultural; *iii*) socioambiental; e *iv*) discursiva.

A primeira, a dimensão econômica, se expressa pela dependência da cidade pelos circuitos espaciais produtivos de *commodities*, transformando a cidade em num nó geográfico onde confluem (e são emitidos) fluxos materiais e imateriais ligados ao agronegócio globalizado e pela integração entre os circuitos das economias urbana e agrária pelo consumo produtivo do agronegócio globalizado. Outro ponto é que na cidade se localizam diversas empresas e indústrias ligadas ao circuito produtivo dos grãos, como esmagadoras de soja, agroindústrias, *traders companies*, de frete e logística, entre outras.

Já a dimensão sociocultural se expressa pela mistura, segundo Coy (2020), dos modos de vida, de um lado, a ligação com o campo e, de outro, o estilo urbano de vida. O que mais marca essa dimensão é o consumo consumptivo da população e a constante tentativa de inviabilizar a fragmentação e a desigualdade socioespacial da cidade. Por sua vez, a dimensão socioambiental pode ser demonstrada a partir da cidade como motor da destruição ambiental na escala regional, ou seja, os agentes ligados ao agronegócio globalizado, que estão localizados nessas cidades, promovem o discurso de avanço das fronteiras agrícolas e por consequência, a degradação ambiental. É a partir dessas cidades, de acordo com Coy (2020), que se originam esses discursos que difundiram pela região.

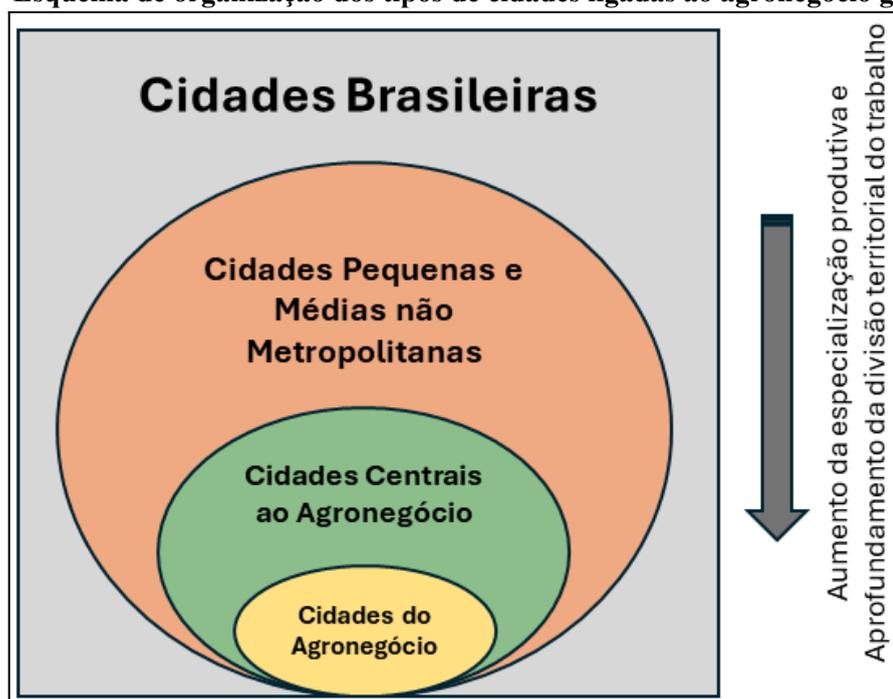
Finalmente, a última dimensão, a discursiva, faz relação com a construção de uma psicofera do agronegócio globalizado (SANTOS, 2006 [1996]; ELIAS, 2021) e com a difusão do “mito da frente pioneira” (COY, 2020, p. 44), pois reitera-se o discurso da globalização e da modernização como sendo os únicos horizontes possíveis - dentro da perspectiva apontada por Santos (2010 [2000]) sobre a globalização como fábula -, cujo objetivo é a legitimação da reprodução capitalista no campo.

Cada uma dessas dimensões representa uma face da cidade, que Coy (2020) denomina, respectivamente, de cidade “de intercâmbios”, “híbrida”, “das transformações” e “do ‘sucesso’”. Nossa proposta é a de que todas as cidades ligadas à produção do agronegócio globalizado apresentam essas faces (cada qual com uma combinação particular), e que no caso específico das cidades do agronegócio essas características são mais intensas. A investigação dessas faces da cidade, no caso das cidades do agronegócio, continua tendo

como melhor caminho metodológico a proposta baseada nos eixos de operacionalização apresentada por Elias (2022).

A **Figura 1** traz um esquema que representa a organização dos tipos de cidade. Segundo esse esquema, as cidades do agronegócio são uma categoria muito específica de cidades, dentro do que denominamos de *cidades centrais ao agronegócio*.

**Figura 1 - Esquema de organização dos tipos de cidades ligadas ao agronegócio globalizado.**



**Fonte: elaboração própria.**

Devemos observar que na figura acima há uma indicação do sentido do aumento da especialização produtiva e do aprofundamento da divisão territorial do trabalho, ambas associadas às atividades do agronegócio globalizado. A especialização produtiva tem relação direta com as funções que a economia urbana de uma cidade irá desempenhar, ligadas, por sua vez, à hierarquia da rede urbana regional (CORRÊA, 2010). Portanto, podemos afirmar que quanto mais uma cidade se aproxima das características particulares de uma cidade do agronegócio, mais especializada vai se tornando a sua economia urbana, até o ponto em que “as funções inerentes ao agronegócio são hegemônicas sobre as demais funções” (ELIAS, 2022, p. 146).

Como essa especialização é derivada de uma lógica de produção globalizada, ela faz com que as cidades estabeleçam fluxos com os centros urbanos onde estão localizados os

agentes-chave do circuito espacial produtivo. Esse processo ilustra aquilo que Elias (2022, p. 148) menciona sobre a cidade de São Paulo/SP, isto é, que o grande centro nacional de tomada de decisões econômicas - inclusive sobre o agronegócio globalizado - não deixa de ser “somente um elo subalterno na cadeia de comando”, cujos fluxos estabelecem ligações com cidades de menor posição hierárquica, como LEM, na Bahia, e Sorriso, no Mato Grosso.

Nesse aspecto, vemos o que M. Santos (1988) denominou de curto circuito da rede urbana, ou seja, a quebra da hierarquia clássica das redes urbanas regionais. Seguindo o exemplo supracitado, São Paulo, classificada pela pesquisa Regiões de Influência (REGIC/IBGE, 2018) como a única Grande Metrópole Nacional, passa a estabelecer relações (sobretudo de fluxos imateriais) com cidades cujas hierarquias não estão imediatamente abaixo<sup>10</sup>, como o caso de LEM e de Sorriso, que são Centros Sub-Regionais B.

Também é válido observar a classificação das *cidades centrais ao agronegócio*. Neste caso, como exemplo, temos as cidades de Ribeirão Preto/SP, Chapecó/SP e Barreiras/BA, que são classificadas como Capitais Regionais, respectivamente A, B e C, de acordo com a REGIC/IBGE (2018), demonstrando que são importantes centralidades em suas redes urbanas regionais.

Em síntese, argumentamos que esse novo tipo de cidade - as centrais ao agronegócio - se coloca como um conceito-acessório à cidades do agronegócio a fim de tentar contribuir para a compreensão do processo de urbanização das cidades ligadas ao campo modernizado. Deste modo, argumentamos que as cidades do agronegócio possuem especificidades que a distinguem das demais cidades centrais ao agronegócio, que por sua vez também se diferencia das inúmeras cidades pequenas e médias do interior do Brasil. É possível que a chave para compreender tais especificidades esteja *i)* no grau de articulação entre os circuitos da economia urbana e agrária, isto é, nas novas relações campo-cidade; e *ii)* na urbanização do campo modernizado pelo agronegócio globalizado.

#### **4. SORRISO/MT, UMA CIDADE DO AGRONEGÓCIO**

---

D. Elias (2007) define que três eixos temáticos são essenciais para a análise de estrutura de uma cidade do agronegócio, são eles: *i)* as novas relações campo-cidade

---

<sup>10</sup> Para a classificação da REGIC/IBGE (2018), a sequência de relações da hierarquia clássica das cidades é: Grande Metrópole Nacional; Metrópole Nacional; Metrópole; Capital Regional A; B; e C; Centro Sub-Regional A; e B; Centro de Zona A; e B.

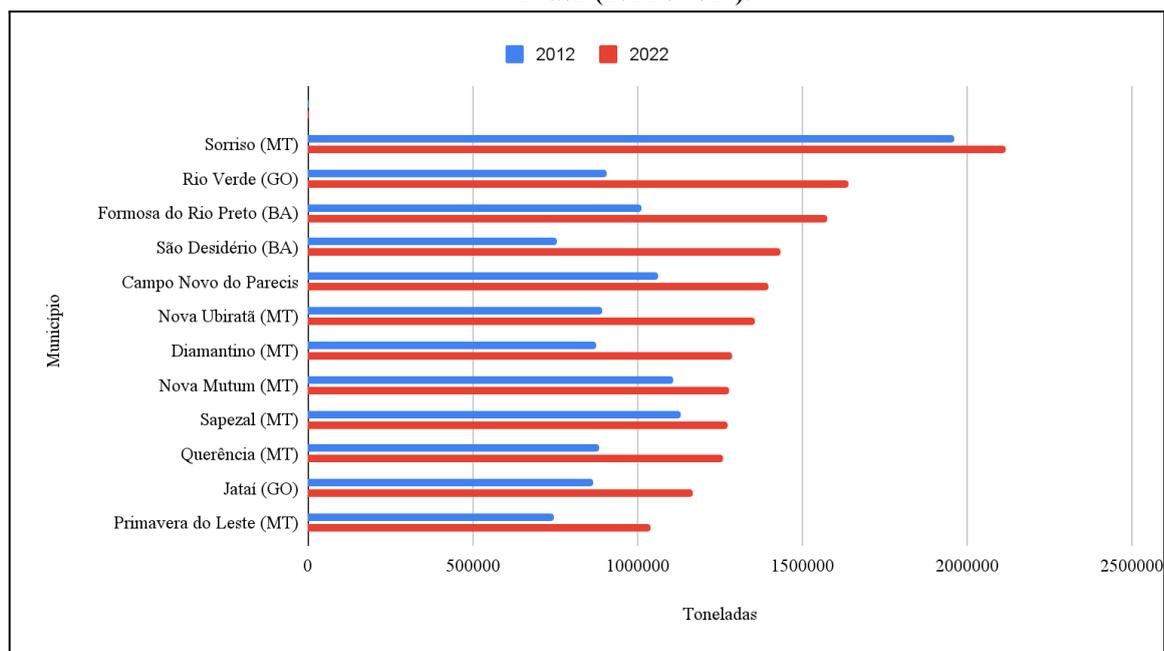
decorrentes da modernização do campo; *ii*) mercado de trabalho agropecuário e dinâmica populacional; *iii*) desigualdades socioespaciais. Dessa maneira, a cidade de Sorriso/MT será apresentada com o intuito de compreender a urbanização e suas relações na rede urbana.

O município de Sorriso, localizado na porção norte do estado do Mato Grosso, possui atualmente um território de 9.293,629 km<sup>2</sup>, do qual apenas 0,36% (33,64 km<sup>2</sup>) consiste em área urbanizada. Sua colonização foi iniciada pelo projeto varguista da marcha para o oeste, durante o Estado Novo na década de 1970, mas é apenas na década de 1980 que se emancipa e se torna município.

Hoje ele conta com uma população de 110.635 habitantes, segundo dados do Censo Demográfico de 2022, configurando-o como uma cidade média, mas que possui uma expressiva produção agrícola, liderando, em 2022, o *ranking* de valor de produção agrícola no país, de acordo com os dados da pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE).

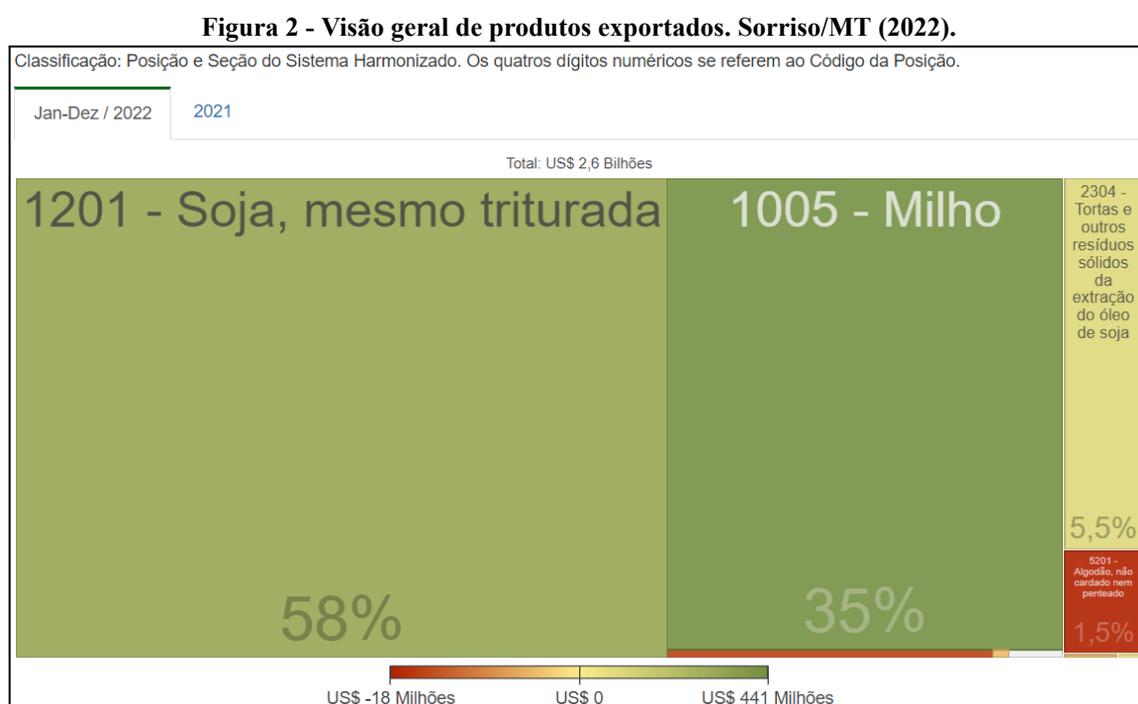
A produção de soja em Sorriso cresce desde sua emancipação, mas a partir das décadas de 1990/2000, no contexto da expansão das frentes pioneiras (*frontiers*) no norte do Mato Grosso, é que ocorre a exploração econômica, principalmente por agentes privados (Coy *et al.*, 2017). Quando se trata da quantidade de soja produzida (toneladas), Sorriso ocupa a primeira posição, com mais de 2, 12 milhões de toneladas (**Gráfico 1**).

**Gráfico 1 - Os 12 maiores produtores de soja, por quantidade produzida (toneladas). Brasil (2012 e 2022).**



Fonte: PAM/IBGE (2022). Organizado pela autora.

Em relação à exportação, segundo dados recentes do Comex Vis, o município de Sorriso totalizou, em 2022, US\$ 2.567,93 milhões em exportações, ocupando a 20ª posição no *ranking* nacional de exportações e 2ª posição no estado do Mato Grosso. Pode-se concluir que grande parte desse valor advém do comércio internacional de soja, uma vez que este representa 58% dos produtos exportados (**Figura 2**). Ao comparar aos dados de importação, no qual, cerca de 93% são variações de adubos e fertilizantes, pode-se visualizar a extrema especialização produtiva, o que gera alto grau de dependência advindo da especialização, tornando os pequenos e médios municípios podem ser elos fragilizados dentro do circuito espacial produtivo (CASTILLO *et al.*, 2016).



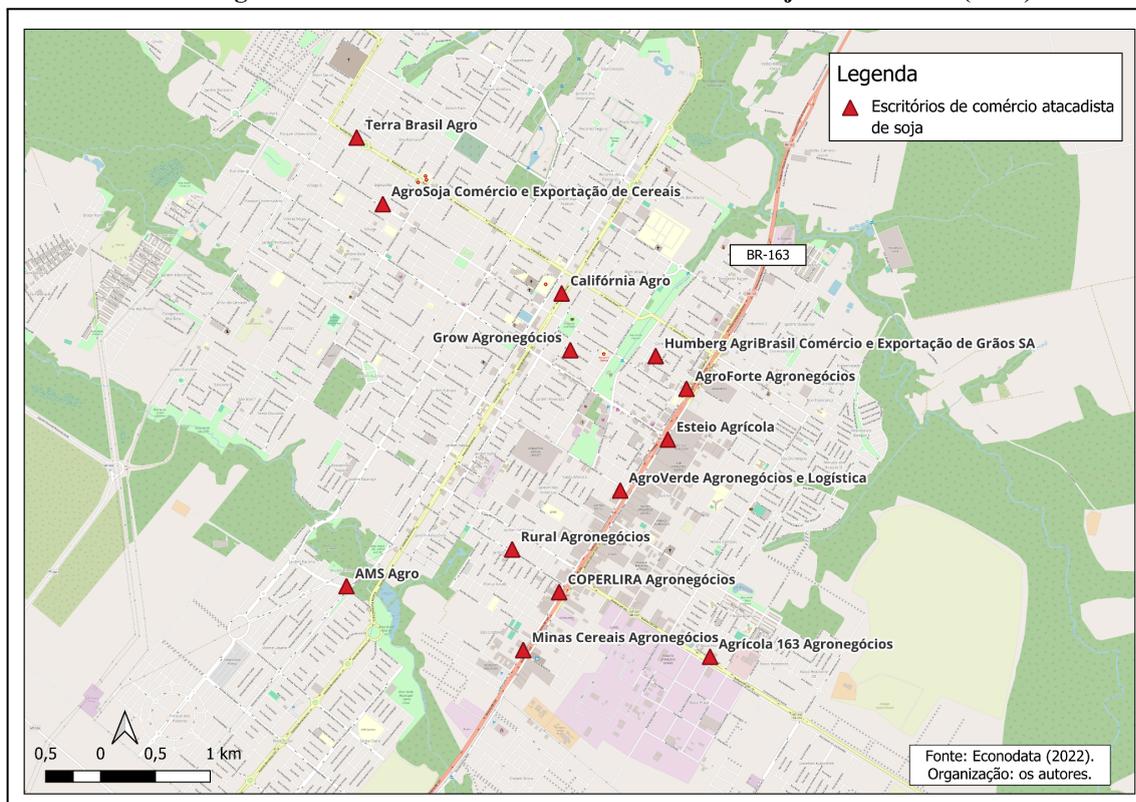
Fonte: IBGE - Comex Vis (2022).

Num movimento dialético, ao mesmo tempo em que Sorriso tenta estruturar sua economia urbana para suprir essa demanda produtiva do agronegócio globalizado, percebe-se o elevado número de estabelecimentos voltados, sobretudo, ao comércio atacadista de soja. Segundo dados disponibilizados pelo Econodata, das 50 empresas do agronegócio na cidade<sup>11</sup>,

<sup>11</sup> A lista completa da Econodata apresenta as 100 maiores empresas do agronegócio localizadas em Sorriso, entretanto apenas metade dessa lista encontra-se com acesso aberto.

quase 50% (23) têm como atividade principal o comércio atacadista de soja. A **Figura 3** traz a localização desses principais escritórios<sup>12</sup>.

**Figura 3 - Escritórios de comércio atacadista de soja. Sorriso/MT (2024).**



**Fonte: Econodata (2024). Organizado pelos autores.**

A presença desses escritórios somado ao grande valor de exportação, segundo Frederico (2011), é de grande relevância para identificar a centralidade e funcionalidade das cidades do agronegócio, uma vez que, ao se comparar com as cidades do entorno, pode-se identificar a capacidade do município de movimentar as produções dos locais de entorno e consequentemente compreender a centralidade do mesmo na rede, que liga não só as cidades do agronegócio como também a Bolsa de Valores de Chicago (CBOT) (Frederico, 2011).

Sorriso possui características muito próprias de uma cidade do agronegócio, como a presença massiva de escritórios ligados ao setor do agronegócio e a sua dinâmica populacional. Segundo Frederico (2011), uma dessas características é a alta taxa geométrica de crescimento da população. O município teve um grande aumento desde o Censo

<sup>12</sup> A localização dos seguintes escritórios não foi possível de ser encontrada: WF, MILSOJA, Furlanetto, BF Ltda., Fortuna, Norte Grãos, LHL, AVP, Mutua Agronegócios.

Demográfico de 2010, no qual o município contava com apenas 66.521 habitantes, que, em comparação com a situação atual de mais de 110 mil habitantes, representa um crescimento de 66,32% (CENSO DEMOGRÁFICO, 2010; 2022).

Ainda como propõe Frederico (2011), em comparação a cidades importantes do ponto de vista político, econômico e demográfico, como Cuiabá e Rondonópolis, ambas no Mato Grosso, Sorriso apresentou um crescimento da população bem superior. Considerando que Cuiabá cresceu 15,32% e Rondonópolis 20,18% entre o censo de 2010 e 2022, pode-se notar esse grande contraste de crescimento, indicando o aumento de sua importância nos últimos anos e a relação com o agronegócio.

Sorriso ainda conta com um PIB *per capita* superior à média nacional já em 2010, quando o valor era de R\$ 27.583,96, enquanto o PIB *per capita* do Brasil era de R\$ 19.938,60. Em 2021, Sorriso continua com o PIB *per capita* superior à média nacional e também do estado, com cerca de R\$ 131.899,11, enquanto Mato Grosso e Brasil apresentam valores de R\$ 65.426,10 e R\$ 42.247,52 respectivamente (IBGE, 2010; 2021).

Outro aspecto importante da análise das cidades do agronegócio é o acirramento das desigualdades socioespaciais. Por mais que o PIB *per capita* de Sorriso seja alto, como visto anteriormente, a partir dos mapas da **Figura 4**, elaborados com dados do Censo Demográfico de 2010, é possível notar que a maior parte da população possuía renda de  $\frac{1}{2}$  a 2 salários mínimos. Ademais, as menores rendas ocupavam áreas específicas da cidade, sendo eles em sua maioria, à leste da BR-163, mas também aparecem em áreas periféricas, à oeste da rodovia.

**Figura 4 - Concentração de renda (em salário mínimo) em Sorriso, por setor censitário. 2010.**



Fonte: Censo demográfico de 2010, organizado pelos autores.

Na porção leste do município, a maior parte dos domicílios são pertencentes a projetos públicos de conjuntos habitacionais, distantes do centro da cidade. A partir da **Figura 4**, também pode-se compreender que quanto maior a renda do domicílio, mais próximo do centro da cidade ele está, abrindo a possibilidade para uma relação centro-periferia num município que cria justamente aquela psicofera de “sucesso” do agronegócio globalizado, que mencionamos anteriormente.

Conforme Rios Filho (2012) essa característica de segregação se dá principalmente nas metrópoles, por conta de sua grande dimensão espacial. As classes com maiores rendas, segundo o autor, buscam otimizar tempo e gasto com deslocamentos, concentrando-se, nesses espaços, tornando-os mais valorizados, do ponto de vista imobiliário, e assim mais atrativa e objeto de disputas por maior acessibilidade.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Salientamos que nosso propósito foi o de contribuir minimamente com a discussão acerca da articulação entre as economias urbana e agrária em cidades que se apresentam como centralidades regionais ligadas ao agronegócio globalizado. O conceito-acessório apresentado

neste trabalho, de *idades centrais ao agronegócio*, busca reforçar a potência analítica do conceito de *cidade do agronegócio*, proposto por D. Elias (2006; 2011).

Enquanto o conceito já consolidado de cidade do agronegócio permite explicar o conjunto de cidades cujas economias urbanas foram estruturadas para responder às demandas produtivas do campo modernizado, o conceito-acessório de *idades centrais do agronegócio* nos permite analisar as cidades que mesmo sendo centralidades, tanto econômica quanto regionais, não podem ser consideradas *do agronegócio*, sobretudo porque os setores econômicos ligados ao setor não são hegemônicos sobre os demais. Com esse novo acessório ao conceito pretendemos expandir as análises sobre essas cidades-centralidades, que estão distribuídas ao longo do imenso Cerrado brasileiro.

## 6. REFERÊNCIAS

---

ARROYO, Mônica. A economia dos invisíveis. **Le Monde Diplomatique**, 15 ed., 13 pp., 2008.

ATLAS BRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. 2024. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/510792>>. Acesso em 21 de julho de 2024.

BERNARDES, Júlia. Fronteiras da Agricultura Moderna no Cerrado Norte/Nordeste: Descontinuidades e permanências. In: BERNARDES, Júlia.; BRANDÃO FILHO, José. (orgs.). **Geografias da Soja II: a territorialidade do capital**. Rio de Janeiro: Archimedes Edições, p.13-39, 2009.

BUSCA, Matheus. **Agricultura familiar e agricultura científica globalizada: relações e contradições no uso agrícola do território nos municípios do MATOPIBA baiano**. 2024. recurso online (219 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/17235>. Acesso em: jun./2024.

BUSCA, Matheus. Cidade do agronegócio: a urbanização funcional do agronegócio globalizado no cerrado brasileiro. **Anais do XX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR)**, 20 pp., 2023.

CASTILLO, Ricardo.; ELIAS, Denise.; PEIXINHO, Dênis.; BÜHLER, Eve-Anne; PEQUENO, Renato.; FREDERICO, Samuel. Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana. **Revista da ANPEGE**, vol. 12, n. 18, p. 265-288, 2016.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma análise sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, vol. 22, n. 3, p. 461-473, 2010.

COMEXVIS (Brasil). **Sorriso**. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 03 nov. 2023.

CORREIA, Roberto. Inovações espaciais urbanas - algumas reflexões. **Cidades**, v. 07, n. 11, 2010.

COY, Martin. KINGLER, Michael. KOHLHEPP, Gerd. De frontier até pós-frontier: regiões pioneiras no Brasil dentro do processo de transformação espaço-temporal e sócio-ecológico. **Confins [online]**, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/11683> . Acesso: abr./2023.

COY, Martin. Sob o domínio do agronegócio: uma introdução ao tema desta coletânea. In: COY, Martin.; BARROZO, João.; SOUZA, Edison. (orgs.). **Estratégias de expansão do agronegócio em Mato Grosso: os eixos da BR-163 e da BR-158 em perspectiva comparativa**. Brasília: Editora IABS, p. 13-23, 2020.

COY, Martin.; TÖPFER, Tobias.; ZIRKL, Fran. Relações campo-cidade e funções urbanas em regiões do agronegócio: o caso de Sinop (Mato Grosso). In: COY, Martin.; BARROZO, João.; SOUZA, Edison. (org.). **Estratégias de expansão do agronegócio em Mato Grosso: os eixos da BR-163 e da BR-158 em perspectiva comparativa**. Brasília: Editora IABS, p. 33- 69, 2020.

ECONODATA. Ranking das 100 Maiores Empresas de Agronegócio em Sorriso, MT por faturamento. Disponível em: <https://www.econodata.com.br/maiores-empresas/mt-sorriso/agronegocio>. Acesso em: 26 fev. 2024.

ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste, p. 25-82, 2006.

ELIAS, Denise. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, Maria (Org.) **Cidades Médias: Espaços em Transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 113-138.

ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 153-167, 2011.

ELIAS, Denise. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **ACTA Geográfica**, ed. Especial Geografia Agrária, p. 13-31, 2013.

ELIAS, Denise. Mitos e nós do agronegócio no Brasil. **Geosp – Espaço e Tempo**, vol. 25, n. 02, 19 p., 2021.

ELIAS, Denise. Pensando a operacionalização de estudos sobre as cidades do agronegócio. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 18, n. 01, p. 144-164, 2022.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 09, n. 01, pp. 25-39, 2007.

ENDLICH, Ângela. Perspectivas sobre o rural e o urbano. In: SPOSITO, Maria; WHITACKER, Arthur (orgs.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre rural e urbano. São Paulo: Expressão Popular, pp. 11-26, 2006.

FREDERICO, Samuel. As Cidades do Agronegócio na Fronteira Agrícola Moderna Brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, v.1, n. 3, p. 05-23, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Base de Dados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html>. Acesso em: jul./2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico. Base de dados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html>. Acesso em jul./2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produção Agrícola Municipal (PAM). Base de Dados Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html>. Acesso em: jun./2024.

MORAES, Antonio. Os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação no espaço. **Trabalho de avaliação**, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1984.

PEQUENO, Renato; ELIAS, Denise. (Re)estruturação urbana e desigualdades socioespaciais em região e cidade do agronegócio. **GEOgraphia**, ano 17, n. 35, pp. 10-39, 2016.

RIOS FILHO, Jorge Ney Valois. **Segregação socioespacial na cidade do agronegócio de Luís Eduardo Magalhães (BA)**. 2012. 208 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 4 ed., 2 reimpr., 2006 [1996].

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. 2a ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018 [1979].

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do Homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 5 ed., 3 reimpr., 2012 [1982].

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 19 ed., 2010 [2000].

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**. Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.